

A pesquisa teve por objetivo acompanhar o processo de implantação de políticas afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesta pesquisa trabalhou-se com as bases de dados do: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE); sites de IES; e documentos. Até junho de 2009, 83 IES haviam implantado ações afirmativas em seus processos seletivos. Destas, 43 são estaduais, 35 federais e 5 são municipais. Mesmo com as políticas afirmativas, buscando garantir maior diversidade e inclusão social, o impacto no sistema de ensino superior ainda é pequeno, pois a matrícula neste grau de ensino manteve-se baixa (2007), atingindo apenas 13,21% dos jovens de 18 a 24 anos e o setor público continua respondendo por apenas 26% das matrículas no ensino superior contra 74% do setor privado. As Políticas Afirmativas implantadas seguem 4 modelos distintos: cotas raciais, cotas sociais para alunos oriundos de escolas públicas ou de baixa renda, cotas sociais e raciais (conjugam os dois fatores) e o modelo de acréscimo de bônus no vestibular. Em nenhum destes modelos há expansão de vagas, apenas substituição de população com a reserva de vagas. Outros aspectos em discussão são: *a autodeclaração* – as IES discordando da autodeclaração do cotista - (resultando em processos jurídicos); *a (in) constitucionalidade do sistema* - depoimentos de alunos, intelectuais, questionando a legitimidade da reserva de cotas-; *o reconhecimento da inclusão por renda* - o critério de renda, e não de raça, é reconhecido como socialmente mais justo. Por fim, destaca-se que uma expansão com equidade ainda depende largamente de investimentos públicos; a ocupação de vagas via cotas atende a diversidade do perfil de alunos; mas é a questão econômica que representa o grande funil para o acesso ao ensino superior.